

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.544.506 - PR (2015/0178551-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECORRENTE** : MARLENE SEIFFARTH FLORES FERRAZ  
**ADVOGADOS** : MARCO ANTÔNIO BRANDALIZE - PR016439  
JORGE BRANDALIZE - PR009793  
LUIZ MARCELO MUNHOZ PIROLA - PR024213  
ALESSANDRO BRANDALIZE - PR031242  
**RECORRIDO** : EMPRESA GESTORA DE ATIVOS S.A. - EMGEA  
**ADVOGADO** : VERA LUCIA BICCA ANDUJAR E OUTRO(S) - RS016912  
**INTERES.** : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial, interposto por MARLENE SEIFFARTH FLORES FERRAZ, com amparo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, no intuito de reformar o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fls. 641/644, e-STJ):

AGRAVO. SFH. PRESCRIÇÃO. DÍVIDA VENCIDA.

No que concerne ao prazo prescricional para a Emgea cobrar a dívida vencida, tenho como aplicável a regra específica do art. 206, § 5º, do Código Civil.

Esse prazo prescricional quinquenal, no entanto, somente começa a fluir a partir da data de vencimento contratualmente estabelecida, não tendo o seu termo *a quo* antecipado pela inadimplência dos devedores.

Opostos embargos de declaração, restaram acolhidos, sem efeitos infringentes, para considerar prequestionada a matéria.

Nas razões do recurso especial (fls. 680/719, e-STJ), os recorrentes apontam, além de dissídio jurisprudencial, violação, pelo aresto regional, ao artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973 e, ainda, 204, 206 e 422 do Código Civil. Sustentam, em suma: **a)** negativa de prestação jurisdicional pela instância ordinária, pois o acórdão recorrido, proferido em sede de aclaratórios, "*deixou de apresentar fundamentação expressa sobre questões extremamente relevantes consignadas nas razões recursais, notadamente aquela relativa à preclusão da discussão sobre o termo inicial do prazo prescricional*"; **b)** ilegitimidade da EMGEA para se aproveitar de eventual interrupção do prazo prescricional originada por ato da Caixa Econômica Federal - CEF; e, **c)** inaplicabilidade do prazo prescricional declarado pela Corte Regional.

Contrarrazões (fls. 726/731, e-STJ), e após decisão de admissão do recurso especial (fls. 734, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo merece, em parte, prosperar.

**1.** Cumpre destacar, preliminarmente, que o acórdão recorrido foi publicado antes da entrada em vigor da Lei n.º 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016 do Superior Tribunal de Justiça.

**2.** Consoante se observa da leitura dos embargos de declaração opostos na

origem, a mutuária alegou negativa de prestação jurisdicional porquanto o acórdão proferido em sede de agravo de instrumento *"não se manifestou expressamente sobre fundamentos essenciais consignados no recurso da parte, mais precisamente sobre a caracterização da preclusão acerca da discussão sobre o termo inicial do prazo de prescrição, bem como sobre a ilegitimidade da EMGEA para se aproveitar da interrupção do prazo prescricional"* (fl. 655, e-STJ).

A Corte Estadual, contudo, consoante se depreende do acórdão juntado às fls. 671/673 (e-STJ), deixou de esclarecer a omissão ora alegada, restringindo-se a dizer que foram *"devidamente enfrentadas as questões propostas pelas partes"*.

Não houve, portanto, o exame da ocorrência ou não de preclusão tal como alegado pela ora recorrente. Logo, em razão do reconhecimento da omissão do aresto ora hostilizado, resta prejudicado o exame das demais questões aduzidas no apelo nobre.

3. Ante o exposto, com amparo na Súmula 568 do STJ, dou parcial provimento ao recurso especial para reconhecer a violação ao art. 535, II, do CPC/73 e anular o acórdão de fls. 671/673 (e-STJ), determinando, assim, o retorno dos autos ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região para promover novo julgamento dos embargos de declaração (fls. 651/666, e-STJ), como entender de direito, sanando a omissão ora reconhecida.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI  
Relator